



SEÇÃO LIVRE

Resistência e organização popular: movimentos sociais na Baixada Fluminense nas décadas de 1970 e 1980*Resistance and Popular Organization: Social Movements in Baixada Fluminense in the 1970s and 1980s**Resistencia y organización popular: movimientos sociales en la Baixada Fluminense en los años 1970 y 1980***Adriana Bastos
Kronemberger¹**orcid.org/0000-0003-3595-7411
adriana.kronemberger@gmail.com**Recebido em:** 8 mar. 2024.
Aprovado em: 26 nov. 2024.
Publicado em: 10 fev. 2025.

Resumo: Este estudo constitui uma parte da minha investigação de doutorado realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2023, centrada na análise dos movimentos sociais urbanos que emergiram durante as décadas de 1970 e 1980 em Nova Iguaçu, cidade do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Os movimentos sociais urbanos surgiram como resposta às injustiças sociais e eram estreitamente conectados com a Igreja Católica adepta da Teologia da Libertação. O estudo investigou a preservação da memória dessas lutas, objetivando compreender as percepções dos militantes sobre suas participações e a resistência à ditadura civil-militar. Utilizando a metodologia de História oral e uma abordagem da análise de discursos, objetivou-se analisar tanto as falas dos entrevistados quanto os documentos escritos. O resgate dessas lutas sociais não apenas honra o passado, mas também pode inspirar ações sociais futuras em favor dos direitos básicos e da dignidade da população.

Palavras-chave: historiografia digital; História oral; recursos digitais; transformação historiográfica.

Abstract: This study is part of my doctoral research conducted at the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP) in 2023, focused on analyzing urban social movements that emerged during the 1970s and 1980s in Nova Iguaçu, a city in the state of Rio de Janeiro, Brazil. These urban social movements arose in response to social injustices and were closely connected to the Catholic Church aligned with Liberation Theology. The study investigated the preservation of the memory of these struggles, aiming to understand the perceptions of activists regarding their participation and resistance to the civil-military dictatorship. Using oral history methodology and a discourse analysis approach, the research sought to examine both the testimonies of interviewees and written documents. Recovering these social struggles not only honors the past but can also inspire future social actions in favor of the basic rights and dignity of the population.

Keywords: Digital Historiography; Oral History; Digital Resources; Historiographical Transformation.

Resumen: Este estudio forma parte de mi investigación doctoral realizada en la Pontifícia Universidad Católica de São Paulo (PUC-SP) en 2023, centrada en el análisis de los movimientos sociales urbanos que surgieron durante las décadas de 1970 y 1980 en Nova Iguaçu, una ciudad del estado de Rio de Janeiro, Brasil. Estos movimientos sociales urbanos surgieron como respuesta a las injusticias sociales y estaban estrechamente vinculados a la Iglesia Católica alineada con la Teología de la Liberación. El estudio investigó la preservación de la memoria de estas luchas, con el objetivo de comprender las percepciones de los militantes sobre su participación y resistencia a la dictadura civil-militar. Utilizando la metodología de la Historia oral y un enfoque de análisis del discurso, la inves-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo (SP), Brasil.

tigação buscou examinar tanto os testemunhos de los entrevistados como los documentos escritos. Rescatar estas luchas sociales no solo honra el pasado, sino que también puede inspirar futuras acciones sociales a favor de los derechos básicos y la dignidad de la población.

Palabras clave: historiografía digital; Historia oral; recursos digitales; transformación historiográfica.

Introdução

Durante as décadas de 1970 e 1980, Nova Iguaçu, um município localizado no estado do Rio de Janeiro, Brasil, testemunhou uma efervescência de movimentos sociais urbanos. Esses coletivos organizados emergiram como vozes contrárias às injustiças sociais e resistiram ao clima autoritário instaurado no país após o golpe civil-militar de 1964. Suas demandas estavam intrinsecamente relacionadas com as necessidades urgentes da população, abrangendo temas como habitação, saúde, educação, saneamento, emprego e acesso à terra. Este estudo, fundamentado no campo da História social, teve como objetivo desvelar as narrativas subjacentes a esses movimentos sociais. Destacou-se a estreita conexão desses movimentos em Nova Iguaçu com a Igreja Católica, especialmente com a figura de Dom Adriano Hypólito, um líder religioso influenciado pela Teologia da Libertação, movimento católico originado após o Concílio Vaticano II (1962-1965) que propôs uma nova abordagem à Igreja Católica, caracterizada pelo engajamento em favor dos pobres e da justiça social. Tal movimento ganhou ampla repercussão na América Latina após a Conferência Episcopal de Medellín, na Colômbia, em 1968, que promoveu uma reavaliação do papel da Igreja Católica diante das realidades conflituosas da região. Os seguidores da Teologia da Libertação argumentavam que era responsabilidade dos cristãos lutar pela libertação humana, buscando mitigar todo tipo de sofrimento, agindo com amor ao próximo e buscando a justiça social.

Este artigo objetivou investigar a memória das lutas sociais em Nova Iguaçu durante as décadas de 1970 e 1980, visando entender as representações dos militantes sobre suas participações nos movimentos sociais urbanos. A hipótese le-

vantada sugere que tais representações podem revelar a resistência à ditadura civil-militar local e no País como um todo. O objetivo principal foi examinar as percepções dos militantes sobre suas lutas e analisar as características específicas da comunidade de Nova Iguaçu. O estudo utilizou um *corpus* documental composto por entrevistas gravadas e cartas da Diocese de Nova Iguaçu/ Comissão Diocesana de Justiça e Paz de 1978 e 1979.

Este estudo envolveu a participação de seres humanos, exigindo cuidados éticos especiais. Antes do início das entrevistas, o projeto de pesquisa passou por avaliação do Comitê de Ética da PUC/SP, tendo recebido aprovação e parecer favorável emitido pela Plataforma Brasil. Apesar de ter sido conduzido antes da pandemia de coronavírus, adaptações foram necessárias para cumprir os prazos estabelecidos para a pesquisa, garantindo, contudo, que todos os cuidados exigidos para trabalhos nas Ciências Humanas envolvendo seres humanos fossem rigorosamente seguidos.

Foram entrevistados os participantes: Ana Alice, José Noronha, Lúcia Souto e Dilceia Nahon Quintela – identificados neste trabalho por suas ocupações e nomes reais porque todos foram informados sobre a pesquisa e forneceram consentimento, conforme exigido pelo Conselho de Ética da PUC-SP. As entrevistas foram realizadas seguindo-se um roteiro guiado, tendo sido gravadas (em vídeo e áudio) e conduzidas por meio da plataforma *on-line* Zoom, por causa do distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19.

Na metodologia de História oral adotada neste estudo, foram considerados os trabalhos de Alberti (2005), Bosi (1994) e Portelli (1993, 1996, 2001, 2017). A utilização das contribuições teóricas desses autores permitiu uma análise mais aprofundada das narrativas dos entrevistados.

Portelli (1996, p. 2) destaca um desafio fundamental da História oral e da preservação da memória: suas fontes são indivíduos. Isso implica que, ao conduzir pesquisas nesse campo, os historiadores dependem da disposição e da co-

laboração dos entrevistados para compartilharem suas experiências e relatos pessoais. É importante reconhecer que essas pessoas não estão apenas fornecendo fatos objetivos e imparciais para análise histórica; elas estão compartilhando suas perspectivas, memórias pessoais e interpretações dos eventos vivenciados. Estão ativamente envolvidas na construção de significados e narrativas de suas vidas. Portanto, é essencial compreender a complexidade e a subjetividade inerentes à produção e interpretação dessas histórias orais. Esse ato de confiança impõe uma responsabilidade ética aos pesquisadores, que devem respeitar as vozes e experiências dos entrevistados.

Além da metodologia da História oral, outras abordagens foram utilizadas, como a análise dos discursos, orientada pela perspectiva de Mikhail Bakhtin (1997, 2006), ao destacar que tanto as falas dos entrevistados quanto os documentos escritos são enunciados, e como tal devem ser analisados. Ele também enfatiza a importância da ideologia e de aspectos como conteúdo, estilo e construção composicional, que se combinam para formar o enunciado, cada um deles devendo ser claro e distinto.

O resgate das lutas pode inspirar novas ações sociais em favor dos direitos básicos e da dignidade da população, além de contribuir para os debates sobre os movimentos sociais.

Discussão bibliográfica

Inicia-se este artigo com uma reflexão sobre a longa luta da população da Baixada Fluminense por direitos, destacando-se as injustiças e os conflitos decorrentes do crescimento metropolitano. Também se aborda a reestruturação do Movimento dos Amigos de Bairros (MAB) e reflete-se sobre a conexão entre Dom Adriano Hypólito e os Direitos Humanos e Sociais. Tais análises contribuem para compreender os desafios enfrentados pela população da região e os esforços em busca de justiça social.

Os moradores de Nova Iguaçu, cidade da Baixada Fluminense, região do estado do Rio de Janeiro, Brasil, nas décadas de 1970 e 1980,

participaram ativamente de movimentos urbanos, conforme destacado por Kowarick (1987), que analisou os desafios desses movimentos considerando as questões teóricas envolvidas, como as lutas de classe, suas relações com partidos políticos e com o Estado, bem como seu significado cultural e político em uma sociedade elitista. Kowarick (1987) também aborda a extensão da cidadania e o potencial de radicalidade dessas questões.

De acordo com Kowarick (1987, p. 1), o tema "movimentos sociais" é polêmico sob a perspectiva interpretativa. Isso ocorre por se tratar de um assunto que abarca questões teóricas complexas, como a luta de classes e relações partidárias. É um tema muito questionado até mesmo em sua ressonância cultural e na sua capacidade real de criar formas de vida em sociedade e de enfrentamento ao Estado que fuja dos valores tão enraizados na sociedade brasileira.

Apesar de esses movimentos da década de 1970 terem ocorrido durante o processo de "abertura política", período que, em tese, seria mais democrático, eles têm valor político e potencialidade na extensão da cidadania e na busca por direitos sociais. Mesmo nesse caso, esbarra-se no fato de esses movimentos serem prisioneiros de um ideal burguês submisso ao capital. Sobre os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, Sader (1998, p. 197) indica outro ponto de crítica: "Uma primeira particularidade que [...] autores [...] apontam nos movimentos sociais dos anos 70 é o seu caráter fragmentado. Só que tal fragmentação não foi vista como sinal de insignificância ou inviabilidade".

Segundo Sader (1998), a fragmentação dos movimentos sociais naquele período estava intrinsecamente ligada à adaptação desses movimentos às realidades locais e às necessidades específicas de cada grupo, refletindo a diversidade presente em um país vasto e culturalmente heterogêneo como o Brasil. O autor aponta que essa fragmentação decorreu das diferentes condições materiais e culturais que influenciaram o desenvolvimento dos movimentos, resultantes das estruturas sociais que determinavam as for-

mas de produção e reprodução da vida material. Sader (1998) destaca que essa fragmentação e diversidade não eram novidades, mas sim características marcantes que conferiam particularidade aos movimentos sociais da época que, apesar de surgirem divididos, persistiam singularmente em suas formas de expressão.

Sader (1998) discute as "formas autônomas de expressão" nos movimentos sociais urbanos; porém, essa ideia não fica totalmente clara no contexto de Nova Iguaçu, onde se observaram a influência de intelectuais com aspirações ideológicas e a participação ativa da Igreja Católica. Mesmo que na década de 1980 Dom Adriano Hypólito tenha enfatizado que os movimentos eram liderados pelo povo, a presença dos intelectuais e o apoio logístico da Igreja eram evidentes nas movimentações sociais.

Além disso, Sader (1998) sugere que comparar os movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980 com os ocorridos entre 1945 e 1964 é possível quando se tem uma compreensão mais abrangente desses movimentos. Assim como no período anterior, os movimentos sociais analisados também são caracterizados por sua heterogeneidade, surgindo como resposta às novas demandas sociais. No final da década de 1970, esses movimentos apresentavam uma natureza fragmentada, exigindo novas estratégias de mobilização, resistência e luta. Nesse contexto, a Igreja Católica, certos setores da sociedade civil e muitos intelectuais adotaram essas novas estratégias após perceberem a ineficácia e os riscos da resistência armada. Sader (1998) destaca a variedade de manifestações sociais, como as de operários industriais, posseiros, assalariados agrícolas e consumidores contra a inflação. O autor ressaltou que

[...] a diversidade tendia a inscrever-se em registros unificadores, que ordenavam os diferentes movimentos atribuindo-lhes lugares diferentes. Eles ganhavam sentido através do discurso estatal, segundo a versão dominante, getulista. Ou, então, na contrapartida comunista, através da unificação operada pelo partido (Sader, 1998, p. 198).

De acordo com os estudos de Sader (1998), a

diversidade nos movimentos sociais não era um fenômeno exclusivo do período analisado neste trabalho, mas já estava presente em décadas anteriores. No entanto, esses movimentos eram frequentemente tratados de forma simplista ou idealizada, sendo agrupados de maneira unificadora, seguindo uma abordagem do "tipo ideal" weberiano. Sader (1998) argumenta que os movimentos sociais da década de 1970 tinham uma reprodução independente de referências comuns encontradas em outros movimentos. Contudo, a presença da Igreja Católica era quase sempre evidente, com sua rede de agentes pastorais, discursos e estruturas influenciando as práticas sociais de diversas formas. Essa presença da Igreja ao lado dos movimentos sociais torna complexa a compreensão autônoma desses fenômenos. Por outro lado, Sader (1998, p. 198) ressalta que

[...] o 'novo sindicalismo', do modo como se expressou em São Bernardo, constitui uma notável exceção no sentido de ter-se desenvolvido no interior da institucionalidade dada. Ainda assim, se o seu lugar institucional era reconhecido como legítimo pelo discurso dominante, o mesmo não se dava com a manifestação autônoma de reivindicação de novos direitos, que por aí buscava se expressar.

Sader (1998) destaca o surgimento do "novo sindicalismo", apontando que, embora esse movimento tenha se desenvolvido dentro de uma estrutura institucional legitimada pelo discurso oficial, suas expressões buscavam autonomia na conquista de novos direitos trabalhistas. A presença da Igreja Católica nos bairros periféricos, por meio de Clubes de Mães e de Comunidades Eclesiais de Base (CEB), difundindo discursos de libertação e justiça social, pode ter influenciado o caráter reivindicatório desse movimento. No entanto, Sader (1998) ressalta que, apesar dessas influências, os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 mantiveram uma autonomia significativa, sendo obrigados a construir suas identidades políticas diante do não reconhecimento de suas demandas pelas instituições oficiais. Para o autor, "[...] o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por

isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência" (Sader, 1998, p. 198).

O estudo dos movimentos populares das décadas de 1970 e 1980 revela uma fragmentação única, destacando suas articulações e demandas específicas por autonomia. Este artigo concentra-se na diversidade de aspirações dos moradores da Baixada Fluminense, evidenciando uma multiplicidade cultural e étnica na região. No entanto, analisar sociedades urbanas modernas apresenta desafios singulares, uma vez que os códigos simbólicos não são tão evidentes, tornando-se essencial uma abordagem crítica do sistema econômico e social do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, abordagens como a teoria marxista, a economia política e a sociologia ajudam a compreender as contradições inerentes ao capitalismo, que tende a concentrar a riqueza e explorar a classe trabalhadora.

Santos (1981) argumenta que a era industrial é uma expressão da lógica capitalista, sendo o espaço urbano seu palco mais visível, onde se observa a homogeneização cultural como resultado desse processo. Mas a análise das cidades não deve se restringir apenas aos aspectos econômicos, pois o capitalismo também molda ordens culturais e sociais. O autor ressalta que, no capitalismo, a cultura é influenciada por símbolos econômicos e pela busca por lucro, afetando a percepção e as relações das pessoas com o mundo ao seu redor. Este artigo segue uma abordagem semelhante à proposta por Santos (1981), que buscava evitar idealizações dos movimentos sociais, concentrando-se na análise do fenômeno. Conforme Santos (1981, p. 21),

Para resolver os problemas oriundos das idealizações sobre o urbano, frente à prática concreta da vida nas grandes cidades "modernas", Castells lança mão do que chama de Movimentos Sociais Urbanos. Um conceito que procura explicar o que poderia ser visto como uma permanência das representações culturais da cidade frente à apropriação dos fenômenos e processos de urbanização pelo capitalismo, de acordo com as especificidades das formações sociais através das quais se manifesta.

O excerto destaca a abordagem do autor ao superar as limitações das teorias idealistas sobre os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, recorrendo aos escritos de Castells e introduzindo a categoria de análise "Movimentos Sociais Urbanos", que reconhece a influência do capitalismo na cultura urbana e busca compreender como ela se manifesta no interior dos movimentos sociais urbanos. Santos (1981) destacou que Castells percebeu uma relação de dependência nas cidades latino-americanas, questionando as etapas de desenvolvimento e dicotomias tradicionais, as quais, para Santos (1981), seriam superficiais, escondendo as verdadeiras contradições do sistema capitalista, que só podem ser superadas ao serem identificadas. Conforme o autor:

Se o que importa é o capitalismo e não o urbano, é preciso ir buscar nas cidades, onde podem ficar transparentes as relações de causalidade, e onde o modo de produção possa ser questionado através de seus efeitos. O urbano, assim, perderia o seu caráter de conceito alienante, o que seria conseguido por meio e situações críticas em que os acertos e as ordens do cotidiano fossem rompidos a ponto de revelar as ordens reais (as da estrutura social) que estão por trás deles [...] O raciocínio é cheio de coerência interna: se o urbano é uma versão física (e enganadora...) do capitalismo, os conflitos que nascem a partir do que é (visto como...) urbano têm de ser referenciados, em última instância, ao capitalismo. Lutas e reivindicações com base no urbano seriam representações refratadas da luta de classes (Santos, 1981, p. 21).

O autor argumenta que o foco das análises deve ser o capitalismo, pois é nele que se encontram as raízes dos fenômenos sociais. As cidades, por sua vez, servem como palco para observar e entender as relações que surgem nesse sistema. Nesse contexto, o conceito de "Movimentos Sociais Urbanos", desenvolvido por Santos (1981) com base em Castells, ganha destaque. Esses movimentos são definidos como

[...] movimentos de grupos ou setores da população urbana que têm, por consequência, a sua base na cidade e que nascem de suas contradições específicas. Seguindo o conceito, cidade e urbano seriam [...] palcos naturais dos conflitos e ajustamentos pelo poder nas sociedades modernas. Há uma série de evidências,

de fatos que estão ocorrendo todos os dias em todas as cidades do mundo capitalista, como explosões, revoltas, organizações para demandar benefícios de consumo coletivo [...], o que permite concluir que "nos encontramos frente ao surgimento de uma nova forma de conflito social diretamente ligada à organização coletiva do modo de vida" (Castells, 1974, p. 2 *apud* Santos, 1981, p. 22).

O autor discute os movimentos de grupos urbanos como reflexo das contradições inerentes ao sistema capitalista. Esses movimentos, como os observados em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980, se enquadram na perspectiva de Castells (1974 *apud* Serra *et al.*, 2007). Castells define os movimentos sociais urbanos como um conjunto de práticas sociais contraditórias que desafiam a ordem estabelecida, emergindo das contradições específicas da realidade urbana. Essa situação é resultado da atuação de "agentes-suporte" que buscam transformar tanto a estrutura urbana quanto as relações de poder na sociedade, incluindo a luta de classes e a influência do Estado (Castells, 1974 *apud* Serra *et al.*, 2007). Santos cita Borja para explicar essa dinâmica:

Consideramos como movimentos reivindicatórios urbanos as ações coletivas da população usuária da cidade, isto é, de habitações e de serviços: ações destinadas a evitar a degradação das suas condições de vida, a obter a sua adequação a novas necessidades, ou a perseguir um maior nível de equipamento (Borja, 1975, p. 12 *apud* Santos, 1981, p. 23).

Esse trecho aborda os protestos urbanos como manifestações coletivas da população em busca de melhorias nas condições de vida, adaptando-se às novas necessidades e buscando acesso a recursos e infraestrutura. Esses movimentos têm como objetivo garantir condições de vida adequadas, demandando melhorias em habitação e serviços.

O desenvolvimento de Nova Iguaçu foi analisado na produção deste artigo: passou de uma cidade agrária para uma metrópole densamente populada, fornecedora de mão de obra para o Grande Rio. Santos (1981) destacou que o foco deve estar sobre qual é a função do urbano na cultura capitalista. Lefebvre (1968-1971) sugere

que o urbano é uma etapa intermediária entre o agrário e o industrial, potencialmente levando ao comunismo, enquanto Castells (1974 *apud* Serra *et al.*, 2007) argumenta que o "urbano" é na verdade uma padronização imposta pelo capitalismo, que disfarça os problemas enfrentados pelos habitantes das grandes cidades. Santos (1981) define o "urbano" como espaço, tempo, pessoas, trocas, materialidade e práticas sociais, representando um local de práticas históricas concretas.

Os movimentos populares em Nova Iguaçu durante as décadas estudadas neste trabalho possuem características distintas discutidas por vários teóricos. Eles contaram com o apoio da Igreja Católica, representantes políticos e indivíduos que viviam na clandestinidade, envolvendo uma população diversificada, com origens geográficas, costumes e valores variados. Apesar dessas diferenças, essas pessoas se uniram em torno de necessidades comuns, organizando-se e desenvolvendo uma cultura de resistência. Thompson (1987, p. 182), ao analisar a cultura com ênfase no papel do homem como agente cultural dentro das estruturas sociais, introduz o conceito de "experiência", que é importante para a análise desses movimentos:

[...] os homens e mulheres também retornam como sujeitos [...] como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua "consciência" e sua "cultura".

Thompson (1981) ressalta a importância da experiência individual e coletiva na formação da consciência e cultura dos sujeitos. Ele argumenta que homens e mulheres são agentes ativos que vivenciam diversas situações e relações produtivas, influenciadas por suas necessidades, interesses e conflitos. Essas experiências são interpretadas e processadas em suas consciências, contribuindo para a construção de sua cultura. Thompson (1981) enfatiza que a experiência é fundamental para entender como as pessoas percebem o mundo, atribuem significados e participam de ações coletivas. O conceito de "experiência" discutido por Thompson (1981)

coincide com as características dos movimentos populares em Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980, quando as pessoas se uniram e se organizaram em torno de demandas comuns. É relevante notar que, no período analisado por este trabalho, Dom Adriano elucidava muitas das razões pelas quais as pessoas lutavam; em suas palavras:

A remuneração mal dá para pagar a condução, o aluguel do barraco ou a prestação de uma nesga de terra, onde foi imaginado pelo recém-chegado que um dia poderia construir uma casinha de alvenaria. Essas casas [...] quase nunca são concluídas. Mas nesses barracos ou meias casas existem pessoas, gente que respira [...] e [...] precisa alimentar-se [...] nem a habitação é concluída nem a alimentação é suficiente. Como consequência [...] a esperança da família que chegou à cidade grande se inverte. Agora é desespero, desalento e revolta (Dom Adriano *et al.*, 1978)².

A passagem mencionada faz parte de uma carta enviada pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nova Iguaçu ao Ministro de Estado e Justiça em 1978. Nessa carta-denúncia, foram expostas as batalhas travadas pelos movimentos sociais da cidade, incluindo a liderança de Dom Adriano, em favor do direito à moradia. O documento revela a revolta da população diante do abandono pelos poderes públicos de seu direito básico de moradia. Outras lutas defendidas pelos movimentos sociais da cidade foram detalhadas em outra carta enviada pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu a outro Ministro da Justiça, em 1979, a qual descreveu:

[...] a maioria [...] dos loteamentos da Baixada Fluminense são simplesmente criminosos: não têm água, luz, saneamento, escolas [...] em toda a região, não existe um hospital público [...] Nada menos que dezesseis mil famílias, residentes nos *Conjuntos* Habitacionais do BNH³, vivem [...] face à iminência dos despejos [...] só de uma vez, em um só Conjunto [...] foram realizados mais de 200 despejos violentos, com

choques policiais portando metralhadoras, bombas de gás e outras armas [...] Na zona rural, centenas de posseiros [...] despejados [...] Os sindicatos, na sua quase totalidade, são dominados por pelegos [...] A justiça está emperrada [...] O desemprego e o subemprego contribuem para o aumento da criminalidade [...] Menores abandonados perambulam aos bandos pelas ruas da cidade [...] A participação de PMs em assaltos, roubos, sequestros e latrocínios faz com que a população, em vez de respeitar a autoridade [...] passe a temê-la e odiá-la [...] O transporte de massas é deficitário [...] A imprensa registra e publica que os supermercados têm vendido carne podre à população (Amaral, 1979)⁴.

O trecho aponta a realidade preocupante da Baixada Fluminense e reflete a necessidade de melhorias nas condições de vida e na conscientização política da população, seguindo um padrão semelhante ao observado na história das cidades industriais, conforme discutido por Rolnik (2012), ao indicar que as manifestações populares por melhores condições de vida podem variar de saques a passeatas, sendo expressões da agitação das multidões e das lutas dessas populações; como relatado pela médica Ana Alice em entrevista para este trabalho:

Dava uma felicidade quando você via algum resultado. Eu lembro que a primeira passeata que a gente fez em Nova Iguaçu, Nossa Senhora, eu me emocionei, de felicidade de ver gente na rua, brigando. Quando a gente cercou a Prefeitura na inauguração da nova Prefeitura, nova sede da Prefeitura em Nova Iguaçu, também foi muito emocionante. Então, foi um trabalho muito legal, eu acho.

Ana Alice destacou que havia agitação nas ruas e que ela fazia seu trabalho, não apenas como médica, mas também como militante engajada na conscientização da população. A professora Dilceia, outra entrevistada, também compartilhou sua experiência na militância:

Uma experiência que nós vivemos lá na Baixada, a gente até brinca [...] nós tivemos

² Trecho retirado do documento BR RJANRIO TT.o JU, PRO.128 – processo gab nº 100.026 – Dossiê. Carta escrita pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu e assinada por Dom Adriano e outros membros da comissão esta carta foi enviada ao Ministro de Estado e Justiça, na ocasião o senhor Armando Falcão, em 27 de março de 1978. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp. Acesso em: 11 jan. 2016.

³ Banco Nacional de Habitação (BNH).

⁴ Trecho da carta da Diocese de Nova Iguaçu /Comissão Diocesana de Justiça e Paz ao então Ministro da Justiça Petrônio Portela, em 13 de novembro de 1979, e assinada pelo advogado Paulo Almeida Amaral, vice-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu. Retirado do documento BR RJANRIO TT.o JU, PRO.128 – processo gab no 100.026 – Dossiê. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp. Acesso em: 11 jan. 2016.

lá em 86, nós fizemos uma grande atividade, fechamos a Dutra [...], ali no posto 13, por causa da dengue, porque a dengue tinha chegado, o mosquito da dengue e todo mundo adoecendo e os governos brigando de quem que era a culpa, governo Estadual, Federal ou Municipal, e aí o MAB⁵ faz um fechamento da Dutra para chamar atenção e a partir desta atividade foi criado um programa chamado de Programa Especial de Saúde da Baixada, onde foram criadas algumas unidades mistas e a gente diz que isso foi um embrião do SUS, porque não existia isso do SUS, não existia essa política de saúde pública.

Dilceia descreveu sua experiência na militância da Baixada Fluminense, destacando um evento significativo relacionado à saúde: o fechamento da rodovia Presidente Dutra (rodovia que liga São Paulo ao Rio de Janeiro) para chamar a atenção quanto à disseminação da dengue na região, devido à falta de estrutura sanitária adequada para lidar com a demanda. Essa ação foi parte das lutas que levaram à criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Dilceia mencionou que fechar rodovias ou avenidas era uma prática comum na militância, apesar da intervenção da polícia: "a polícia sempre chegava para retirar ou impedir". Essa interferência policial era uma constante, independentemente da causa ou localidade da mobilização, conforme relatado por Dilceia:

Chamavam a polícia, claro. Uma vez o policial foi lá dentro de Belford Roxo, a gente fechou muito aquela Joaquim da Costa Lima. A regional 4 do MAB que era a de Belford Roxo. A gente não tinha água, para você ter uma ideia, em 1982, quando adutora da Baixada passou ali por Belford Roxo, era governo Chagas Freitas, vários bairros de Belford Roxo, o meu inclusive, São Bernardo, Santa Maria, Santa Amélia, não estavam na programação de água da Cedae⁶, a gente não existia para Cedae, a gente precisou ir na Sacadura Cabral⁷ com uma comissão enorme, pegar os mapas na prefeitura, aqueles mapas imensos dos bairros, dos loteamentos, trazer na Sacadura Cabral, na Cedae, para que nós entrássemos no programa de abastecimento de água da adutora da Baixada que passava ali, no nosso bairro.

Dilceia ressaltou a constante presença policial nas manifestações da Baixada Fluminense,

contrastando com a falta de serviços básicos na região. Ela descreveu um longo processo de organização e articulação, incluindo idas à Cidade do Rio de Janeiro para documentar a existência dos bairros locais e garantir o acesso ao abastecimento de água. Dilceia também mencionou outras manifestações significativas de que participou como militante em Nova Iguaçu, destacando a inauguração do Centro de Líderes por Dom Adriano na década de 1970. Segundo ela, o Centro era dedicado à defesa dos Direitos Humanos das pessoas perseguidas politicamente, tornando-se uma importante referência na cidade. Nas palavras dela:

[...] foram vários juristas, juizes, advogados e um dos advogados que estava lá, em nome do PC do B, era o Paulo Fonteles que depois é assassinado lá no Pará. Paulo Fonteles foi um grande advogado dos presos políticos, um lutador muito grande na região do Pará e Araguaia, essa é uma imagem que me lembra.

Na entrevista, a narradora mencionou Paulo Fonteles, um político e sindicalista brasileiro assassinado em 1987 enquanto trabalhava com camponeses no estado do Pará. Ela também descreveu uma ação marcante em que seu grupo ocupou casas em um conjunto habitacional após enchentes na Baixada Fluminense em 1988, destacando que uma grande caravana se dirigiu para Brasília em busca de soluções habitacionais. O grupo se reuniu com um deputado federal e negociou a construção de mil casas pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro para reassentar pessoas das margens do rio Botas, em Belford Roxo, que, segundo a entrevistada:

[...] era tomado de casas de um lado e do outro e na enchente de 1988 nós fizemos essa grande luta e conseguimos construir essas casas, as casas ficaram prontas em 1990, [...] e o Moreira Franco, governador do estado, como tinha emancipado Belford Roxo, ele queria esperar mais perto das eleições para lançar o candidato dele à prefeitura e fazer política com isso. Só que, dois dias antes, em Belford Roxo, 21 de abril de 1990, antes deles irem para lá [...] fazer a tal festa emancipação, eu era a presidente do MAB nessa época [...] tem uma nova chuva

⁵ Movimento dos Amigos dos Bairros (MAB).

⁶ Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

⁷ Sacadura Cabral é uma rua no Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

enorme assim e todo mundo ficou desabrigado, mais de 400 pessoas desabrigadas sem ter onde morar, a gente não tinha onde botar as pessoas, nas igrejas, nas escolas [...] nós fomos para a praça falar para o governador que a gente queria as chaves, porque aquelas famílias já eram as donas daquelas casas, foram dois anos lutando por aquelas casas, as famílias foram cadastradas, nós acompanhamos todo o governo lá, cadastrando para não deixar botar ninguém que não merecesse, que não fosse morador da beira do rio e o governador não entregou as chaves [...] falou que ainda faltava o asfalto, mentira.

Dilceia descreveu um episódio de luta pelo direito à moradia no qual a construção das casas foi conquistada após um longo período de mobilização. No entanto, a frustração e a indignação surgiram devido ao adiamento da entrega das chaves pelo governador, que aparentemente estava usando a situação para fins políticos. Diante disso, o grupo decidiu ocupar as casas como forma de pressionar por uma solução. Segundo Dilceia: "E ocupamos e foi lindo, porque tinha umas duas mil pessoas caminhando sem carro de som, nós nos concentramos, alguns foram para a praça com a gente, outros se concentraram ali".

Dilceia descreveu essa memória como uma experiência marcante e desafiadora, caracterizando-a como uma luta. Ela destacou que tentou resolver a situação de forma diplomática, indicando sua busca por uma solução pacífica e negociada:

Bairro São Vicente, alguns se concentraram ali, outros foram com a gente lá para a praça, eu falei em nome do MAB, eu pedi para entregar as chaves, o Moreira deu uma sacaneada "Dilceia minha amiga, que me apoiou em 1986", o que é verdade o PC do B apoiou o Moreira Franco, 'nós vamos entregar as casas, só que ainda não está pronto, falta asfalto, não sei o que'.

Apesar da recusa do governador, Dilceia persistiu argumentando que as pessoas não tinham para onde ir, mas suas tentativas foram infrutíferas. O governador não entregou as chaves das casas, levando o grupo a questioná-la sobre os passos seguintes a serem tomados: "O que vocês acham que a gente faz agora? A casa é de vocês. A minha casa não encheu, onde eu moro não encheu, agora a casa é de vocês, vocês não têm

para onde voltar, o que vocês acham?".

Dilceia relatou que o grupo decidiu ocupar as casas. Durante a entrevista, ela lembrou ter consultado outras lideranças presentes, expressando preocupação com a possibilidade de serem atropelados pelo povo ansioso para ocupar as residências. Mesmo assim, Dilceia demonstrou entusiasmo e satisfação ao recordar sua participação naquele momento:

Nós paramos o povo no gogó porque não tinha carro de som, no gogó, naquela coisa que você fala e outro repete e o povo parou. Essa imagem eu nunca consigo tirar da minha mente, porque o povo parou, eu me lembro que falei assim "Nós não somos gado", eu me arrepio até hoje, assim, eu acho assim, nós não somos gado, somos donos dessas casas e vamos entrar ordenadamente.

Neste relato, a entrevistada descreveu a mobilização da população por meio da comunicação verbal direta, conhecida como "no gogó", devido à ausência de sistemas de amplificação sonora. Ela destacou a importância desse momento, em que proferiu uma frase impactante – "não somos gado" – reforçando a dignidade e os direitos individuais dos envolvidos. A narrativa transmite a determinação e a coragem das pessoas em reivindicar seu direito à moradia de forma organizada e pacífica, apesar das dificuldades. Dilceia detalhou a estratégia de ocupação das casas, com líderes de associações à frente das filas, garantindo a entrada ordenada dos ocupantes. O objetivo era evitar a intervenção policial e negociar a permanência nas casas reivindicadas.

O povo fez isso. Foi lindo, a gente ligou para Deus e todo mundo, para eles negociarem com o governo do estado, daí daqui a pouco chega o seu D'Ambrósio e eu só me lembro de quando ele me viu, ele falou assim Irisol: "essa mulher de novo, que que foi agora dona Dilceia?".

Dilceia relatou um episódio em que informou ao policial D'Ambrósio sobre a situação, mas ele insistiu para que o grupo saísse do local. No entanto, as pessoas se recusaram, pois haviam sido vítimas de uma enchente recente e não tinham para onde ir. Apesar das tentativas do policial de convencer o grupo a sair, eles permaneceram

firmes devido à trágica situação enfrentada a enchente, que havia resultado na perda de um bebê. Dilceia destacou a falta de consideração política do governador diante da tragédia e que o policial D'Ambrósio permaneceu com o grupo durante toda a noite, mesmo quando a energia do local foi cortada:

[...] no final das contas eles apagaram a luz, aí veio à noite, a polícia entrou, a polícia entrou e começou a falar para o pessoal 'todo mundo pra estrada' e a gente, nós, as lideranças, naquela escuridão que a polícia nem via a gente, a gente ia atrás 'não saiam da porta, não saiam da porta, ninguém se mexe' e as pessoas não se mexeram e a Jandira chegou já era umas onze horas da noite [...] com a ordem do secretário de que era para polícia ir embora, daí o D'Ambrósio falou com o secretário, com o comandante dele, secretário falou com o comandante e o comandante falou com D'Ambrósio e a polícia foi embora e qual que foi a negociação? Se não arrombarem as casas, segunda-feira a Cehab vai estar aí às 8 horas da manhã para entregar as chaves. E nós assim fizemos, passamos o final de semana lá, fizemos sopão e não sei mais o que na segunda, onze horas da manhã a Cehab⁸ chegou e começou a entregar as chaves.

Esse trecho descreve a tenacidade e o empenho das pessoas envolvidas na ocupação, que enfrentaram a presença policial e negociaram com sucesso para garantir o direito à habitação. As lideranças foram fundamentais, orientando os participantes a permanecerem firmes e assegurando o respeito aos seus direitos. A narrativa ressalta a importância da organização e solidariedade da comunidade para alcançar seus objetivos. Dilceia também enfatizou a importância das políticas públicas, destacando que são fruto de longas lutas dos movimentos sociais e não concessões benevolentes. Ela reconheceu os avanços obtidos durante os anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no governo, citando como exemplo a implantação do Instituto Federal de Tecnologia na Baixada Fluminense.

Os estudos acadêmicos evidenciam a resistência da população diante da negligência e do desamparo por parte do Estado. Segundo Mainwaring (1986, p. 76), desde pelo menos 1945, há registros de esforços fragmentados para a

mobilização popular na Baixada Fluminense, destacando-se a formação das primeiras associações de bairros em 1950. O autor argumenta que o golpe militar de 1964 foi fundamental na desestruturação de importantes movimentos populares, detendo líderes significativos das organizações de bairros, reprimindo novas tentativas de mobilização popular e tendo resultado em apenas iniciativas isoladas.

A única tentativa de organização mais contínua da população de Nova Iguaçu entre 1964 e 1974 foi o Movimento de Integração Comunitária, criado pela diocese em 1968. Esse Movimento propunha-se a organizar os católicos para a obtenção de melhores serviços urbanos, mas foi dissolvido, em 1970, pelo aparato repressivo (Mainwaring, 1986, p. 77).

Durante uma década marcada por intensa repressão e temor de formar grupos, algumas lideranças insistiram em buscar melhorias nas condições de vida da população local. Conforme relatado por Dilceia Nahon, a Baixada Fluminense destacou-se como uma das regiões mais desprovidas de serviços essenciais no estado do Rio de Janeiro, exigindo uma significativa atividade militante para alterar esse cenário. Além das preocupações relacionadas ao saneamento básico, a deficiência na infraestrutura educacional também se destacava como uma questão significativa. A abertura da primeira escola municipal no bairro foi resultado de esforços colaborativos liderados por uma proeminente figura comunitária, a professora Terezinha Lopes, que, mais tarde, assumiu o cargo inaugural de presidente no Movimento dos Amigos de Bairros.

Dilceia descreveu o cenário político e social durante a ditadura civil-militar no qual formas tradicionais de organização como sindicatos e entidades estudantis estavam proibidas e operavam clandestinamente. Diante disso, seu grupo optou por estabelecer o "Comitê Comunitário" para promover a defesa de direitos e melhorias nos bairros, abordando questões como educação, saneamento e saúde. A escolha desse termo provavelmente foi uma estratégia para evitar a

⁸ Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (Cehab).

atenção das autoridades. Essa iniciativa visava estimular a participação e a mobilização da comunidade, preenchendo a lacuna deixada por outras formas de organização e representação social restritas na época.

Carvalho (2014) indica que desde a "abertura" do governo Geisel, na segunda metade da década de 1970, os movimentos sociais expandiram-se significativamente, especialmente nas periferias urbanas, como na Baixada Fluminense. Esses movimentos foram muito importantes na articulação e defesa dos interesses das comunidades locais.

Os movimentos dos favelados. Eles já existiam desde a década de 40, mas adquiriram maior força e visibilidade nos anos 70. A eles se juntaram as associações de moradores de classe média, que se multiplicaram da noite para o dia. No início dos anos 80 já havia mais de 8 mil delas no país (Carvalho, 2014, p. 188).

No excerto, destaca-se que os movimentos dos moradores de favelas, já presentes desde a década de 1940, ganharam maiores vigor e visibilidade durante a década de 1970. Nesse período, surgiram também numerosas associações de moradores de classe média. Esses dados indicam um crescimento significativo no engajamento e na organização tanto dos moradores de favelas quanto das associações de classe média, que foram muito relevantes na busca por direitos e melhores condições de vida nas favelas e bairros populares, contribuindo para a mobilização social e para mudanças socioeconômicas.

A multiplicação dos movimentos sociais na década de 1970 pode ser atribuída, em grande parte, à política de abertura promovida pelo presidente Geisel, que gerou um sentimento de relativa liberdade em um ambiente previamente opressivo. No entanto, essa abertura não foi bem recebida por todos dentro das Forças Armadas e resultou em uma série de atos terroristas no País, como o sequestro de Dom Adriano Hypólito em 1976. Esses ataques ocorriam por diversos motivos, incluindo o objetivo de amedrontar a população, culpar os "comunistas" e alertar esses grupos sobre as capacidades dos grupos organizados de direita. No entanto, esses incidentes acabaram revelando o próprio medo dos grupos

dominantes, tanto em âmbitos locais (Nova Iguaçu, por exemplo) quanto mais amplamente, como no caso frustrado de uma bomba que deveria explodir no Riocentro mas acabou detonando acidentalmente nas mãos de um militar.

De acordo com Carvalho (2014, p. 188), os grandes movimentos sociais desse período estavam focados nos problemas concretos da vida material cotidiana, já que o rápido crescimento da população urbana resultou em uma pressão significativa e os responsáveis pelo poder público não foram capazes ou não quiseram lidar com as necessidades emergentes por meio de investimentos e serviços essenciais adequados.

O que os movimentos pediam eram medidas elementares, como asfaltamento de ruas, redes de água e de esgoto, energia elétrica, transporte público, segurança, serviços de saúde. Os movimentos de favelados reclamavam ainda a legalização da posse de seus lotes (Carvalho, 2014, p. 188).

Inicialmente não partidários, os movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980 adquiriram características políticas mais evidentes na década de 1980, incluindo o apoio a candidatos e até mesmo o lançamento de seus próprios representantes, além de conflitos internos motivados por divergências políticas ou interesses diversos. Carvalho (2014, p. 188) apontou que os movimentos de moradores e de favelados buscavam manter contato direto com as administrações municipais, despertando a consciência dos direitos dos moradores. A presença de políticos perseguidos pela ditadura, como em Nova Iguaçu, levou muitos líderes comunitários a ingressarem na vida política partidária, gerando debates sobre a lealdade aos princípios dos movimentos e a eficácia da atuação política dentro dos partidos.

Os funcionários públicos, devido às restrições à sindicalização, encontraram nos movimentos coletivos sua principal forma de expressar demandas e interesses. Sindicatos e associações de moradores tornaram-se importantes espaços de atividade política, refletindo mudanças socioeconômicas significativas. Essas organizações desempenharam um importante papel como

centros de mobilização e engajamento político durante esse período de transformações. “As greves dos setores médios tornaram-se mais frequentes do que as greves operárias. A própria CUT teve sua composição alterada pela adesão desses sindicatos de classe média” (Carvalho, 2014, p. 188). Esse foi um fenômeno importante nas lutas trabalhistas brasileiras, destacando-se a mudança no perfil das greves e sua relação com as transformações sociais e políticas do período. A referida evolução da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a inclusão de sindicatos representantes da classe média, refletiu na diversificação da base sindical devido ao crescimento econômico e às restrições à sindicalização de certas categorias profissionais. O contexto político de repressão também promoveu a união entre diferentes grupos sociais em torno de objetivos comuns, levando à formação de um novo modelo de luta mais adaptado às particularidades de cada movimento social.

Em Nova Iguaçu, médicos e outros militantes buscavam amenizar o sofrimento da população; entre eles, estavam a entrevistada Lúcia Souto, que discorreu sobre seu projeto de medicina social junto a outros três médicos que chegaram a Nova Iguaçu na mesma época. O médico José Noronha descreveu seu envolvimento em atividades profissionais no Instituto de Medicina Social, colaborando na criação de postos comunitários de saúde em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e atuando como diretor de um posto de saúde em Austin, Nova Iguaçu. A partir de sua posição, Noronha e sua equipe estabeleceram diversos postos de saúde que forneciam serviços básicos para a comunidade. De acordo com Lúcia Souto:

O Noronha fazia um trabalho também profissional junto ao Instituto de Medicina Social criando uma atenção de postos comunitários de saúde via UERJ⁹, também na Baixada, que foi diretor de um posto de saúde lá, de Austin. E a partir dessa direção desse posto, que era bem popular esse engajamento lá, [...] eles criaram vários postinhos satélites daquele posto que ele dirigia, que eram minipostos de saúde. Isso correndo simultâneo ao nosso trabalho, aí já

com a Caritas nesse posto de Cabuçu que a gente atendia. E o Noronha, como tinha essa ligação, a gente comprou uma centrífuga, a gente fazia o exame de sífilis, separava o soro do plasma, tudo que muita gente até hoje não faz, a gente fazia lá. Formamos muitos agentes comunitários de saúde [...] corriamos o bairro inteiro para conhecer todo mundo, bater papo, fazíamos conversas com todo mundo, enfim, era um trabalho bem interessante. Tinha umas freiras lá que eram maravilhosas, que moravam lá [...] sempre nos recebiam muito bem, foram muito receptivas a esse trabalho e com isso a gente foi ampliando esse trabalho que antes era só esse atendimento para fazer um trabalho de conscientização a partir da temática da saúde.

Lúcia Souto mencionou o envolvimento de José Noronha com a Caritas em um posto de saúde em Cabuçu; seu trabalho foi significativo na capacitação de muitos agentes comunitários de saúde. A equipe realizava visitas pelo bairro para conhecer a população e promover conscientização sobre saúde. Ela destacou o acolhimento das freiras locais, que permitiu à equipe expandir seu trabalho para além do atendimento básico. Lúcia também observou uma transição do trabalho social para a conscientização política a partir da questão da saúde, mencionando a formação de um movimento em colaboração com as Comunidades Eclesiais de Base, com reuniões semanais e mensais em vários bairros, nas quais conheciam líderes locais e trocavam ideias e projetos. Esse momento marca uma mudança de foco para além do aspecto estritamente social, abrangendo também a conscientização política e o engajamento comunitário.

[...] todo mês a gente fazia além desses encontros nos bairros [...]. Esse encontro mensal era com todas essas comunidades, a partir da temática da saúde e à medida que a gente ia conversando, perguntando assim: Qual é o principal problema de saúde daqui? Aí uma moradora dizia: É a iluminação pública. Aí era uma coisa muito interessante porque ia ao encontro de toda ideia que a gente já trabalhava na saúde coletiva que é a determinação social do processo saúde-doença. Quer dizer, as pessoas muito sabidas, muito antenadas e muito conscientes já mostravam que a falta de iluminação pública, e ela explicava o porquê: “Porque sem luz tem violência [...] a pessoa pode morrer ou pode ficar doente, levar um ferimento e isso é um problema de saúde”.

⁹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Como também outros problemas apareciam, de moradia, de saneamento básico, todas as outras questões que estavam interligadas com essa temática da saúde.

As Comunidades Eclesiais de Base desempenharam um papel central na transformação social em conjunto com os movimentos de trabalhadores de classe média e setores públicos. Reuniões periódicas proporcionaram um espaço para apresentação de lideranças sociais e compartilhamento de ideias e projetos, abordando questões de saúde e identificando os principais problemas enfrentados pelas comunidades. Essa abordagem mais ampla e engajada levou à conscientização política e à expansão do trabalho social para lidar com problemas sociais. A conscientização política foi promovida por meio de esforços, especialmente na área da saúde, com a colaboração entre as Comunidades Eclesiais de Base, a classe trabalhadora e as instituições públicas. O estabelecimento do Centro de Direitos Humanos na região por Dom Adriano exemplifica essa abordagem abrangente, que transcende as preocupações sobre o tratamento dos filhos da classe média durante a ditadura. O bispo direcionou seu foco para os segmentos mais vulneráveis da sociedade, buscando apoiar os movimentos sociais locais.

Toda a diocese tem sido um grande movimento, pelo menos no que toca aos grupos de Igreja, aos grupos engajados com o Evangelho e comprometidos com o Povo de Deus. Mas posso ressaltar alguns grupos mais dinâmicos dentro do dinamismo maior da Pastoral: O Centro de Pastoral Catequética, durante muitos anos um fator notável de formação e atuação pastoral; os Clubes de Mães, atuantes há uns quinze anos; a Caritas Diocesana, em seu período de renovação conscientizadora; a Comissão Diocesana de Justiça e Paz, com atuação destacada na defesa dos Direitos Humanos; a Pastoral Operária, a Pastoral da Terra, em seus respectivos campos de trabalho. Há uma Comissão Diocesana de Pastoral da Juventude que promete. Verificamos também um trabalho de conscientização política em várias comunidades de base, com preocupação constante de não comprometer as comunidades com qualquer partido político [...] de alto valor foi também o Movimento de Amigos de Bairro (MAB) que, nos anos da repressão, nasceu e cresceu à sombra e no espaço da Igreja, sem ser, no entanto, um trabalho pastoral no sentido restrito [...] (Hypólito, 1985).

Essa passagem reflete a visão de Dom Adriano sobre as diversas iniciativas na Diocese, todas desempenhando papéis importantes na promoção da fé, justiça social e defesa dos Direitos Humanos, com especial atenção aos mais pobres. Ele reconhecia o amplo conjunto de atividades da Igreja progressista, especialmente dos grupos eclesiais comprometidos com o Evangelho e com o bem-estar do povo. Dom Adriano destacou grupos específicos, como a Comissão Diocesana de Justiça e Paz, e ressaltou a conscientização política em várias comunidades, evitando vínculos partidários. Ele elogiou o Movimento de Amigos de Bairros (MAB), desenvolvido durante os tempos de repressão. Em 1978, o bispo estabeleceu a Pastoral Operária como prioridade na Diocese de Nova Iguaçu, conscientizando sobre trabalho, distribuição de renda e dignidade humana.

Considerações

O artigo apresentou uma análise abrangente dos movimentos sociais em Nova Iguaçu durante as décadas de 1970 e 1980, proporcionando uma compreensão das lutas sociais e políticas desse período marcado pela ditadura civil-militar no Brasil. Vários setores da sociedade brasileira foram destacados como participantes desse movimento de resistência, desde lideranças comunitárias até movimentos sociais organizados e setores da Igreja Católica.

Uma das principais características evidenciadas foi a determinação das pessoas envolvidas na luta por direitos, apesar da repressão do Estado. As lideranças comunitárias foram importantes na orientação e mobilização da comunidade, garantindo o respeito aos direitos e promovendo a solidariedade entre os participantes. Além disso, o artigo ressaltou a importância das políticas públicas na melhoria das condições de vida das comunidades, reconhecendo que essas conquistas foram resultado de longas lutas dos movimentos sociais, em contraste com a narrativa de concessões do governo.

A análise histórica apresentada revelou a evolução dos movimentos sociais ao longo do tempo, desde os esforços fragmentados de mobiliza-

ção popular até a formação de iniciativas mais organizadas.

No contexto específico de Nova Iguaçu, o envolvimento de médicos e outros profissionais de saúde na criação de postos comunitários de saúde foi destacado como uma iniciativa importante para atender às necessidades básicas da população e promover a conscientização sobre questões de saúde pública.

Fontes

Entrevistas

TEIXEIRA, Ana Alice. [Entrevista cedida a] KRONEMBERGER, Adriana. *Voices da Militância: Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

NAHON, Dilceia. [Entrevista cedida a] KRONEMBERGER, Adriana. *Voices da Militância: Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

NORONHA, José. [Entrevista cedida a] KRONEMBERGER, Adriana. *Voices da Militância: Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

SOUTO, Lúcia. [Entrevista cedida a] KRONEMBERGER, Adriana. *Voices da Militância: Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

Referências

ALBERTI, Verena. *Fontes Orais – Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HYPÓLITO, Dom Adriano. *Revista Família Cristã*, São Paulo, 15 ago. 1985.

KOWARICK, Lúcio. Movimento urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 3, p. 38-50, 1987. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000772995>. Acesso em: 20 nov. 2021.

KRONEMBERGER, Adriana. *Dom Adriano Hypólito no rastro da violência em Nova Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e o movimento popular: Nova Iguaçu – 1974 – 85. In: KRISCHKE, Paulo, MAIWARING, Scott (org.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974 – 1985)*. Porto Alegre: LPM, 1986.

MARTINS, José de Souza et al (organizadores). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo. Editora Hucitec, 1996.

MENESES, Antônio Lacerda de. *Dom Adriano Hypólito – Apontamentos biográficos*. 2010. Disponível em: <http://domadrianohypolito.blogspot.com.br>. Acesso em: 30 set. 2016.

PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. Fontes Orais – Histórias dentro da História. São Paulo: Contexto, 2005.

PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos*. Tradução de Ingeborg K. de Mendonça e Carlos Espejo Muriel. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. Tradução de Maria Therezinha Janina Ribeiro. *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 22, jan./jun. 2001.

PORTELLI, Alessandro. *Sonhos Ucrônicos – Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores*. *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 41, 1993.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: Observações sobre a História oral. Tradução de Lila Cristina Xavier Luz. *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, v. 7, n. 13, p. 182-195, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/5306>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SERRA, Dulcemary; SANTOS, Paulo; TÔRRES, Viviane (org.). **Mulheres da MAB** – Um Retrato do Movimento. Nova Iguaçu, Rio de Janeiro: MAB, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa II – A maldição de Adão*. Tradução Renato Bussato Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Sites consultados

Disponível em: <http://dnonato.blogspot.com.br/2012/11/introducao-parte-i-origem-da-diocese-de.html>. Acesso em: 13 dez. 2016.

Disponível em: <http://domadriano.mitrani.org.br/vida.htm>. Acesso em: 10 ago. 2010.

Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp. Acesso em: 11 jan. 2016.

Disponível em: <https://ano70.com.br/criminalidade-dos-anos-70/>. Acesso em: 29 jul. 2018.

Disponível em: <https://pt.slideshare.net/MariaHenriques4/as-9-musas-da-mitologia-grega>. Acesso em: 29 jul. 2018.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Arnold_J._Toynbee. Acesso em: 15 nov. 2018.

Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_\(jornal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_(jornal)). Acesso em: 10 set. 2016.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Musa>. Acesso em: 15 set. 2018.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Igua%C3%A7u. Acesso em: 10 out. 2016.

Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-ago-10/embargos-culturais-historiador-arnold-toynbee-teoria-desafios-respostas>. Acesso em: 15 set. 2018.

Disponível em: <https://www.infoescola.com/mitologia-grega/teogonia-de-hesiodo/>. Acesso em: 15 set. 2018.

Disponível em: <https://www.significados.com.br/caos/>. Acesso em: 15 set. 2018.

Disponível em: <https://www.significados.com.br/musa/>. Acesso em: 29 jul. 2018.

Outras fontes

BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.87014782 – Dossiê com o título: ACAMPAMENTO DE LAVRADORES NO LARGO SÃO FRANCISCO. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1892940&v_aba. Acesso em: 12 out. 2018.

BR RJANRIO TT.o.JU, PRO.128 – *processo gab no 100.026 – Dossiê*. Carta da Diocese de Nova Iguaçu /Comissão Diocesana de Justiça e Paz ao então ministro da Justiça, Petrônio Portela, em 13 de novembro de 1979. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp. Acesso em: 11 jan. 2016.

BR RJANRIO TT.o.JU, PRO.128 – *processo gab no 100.026 – Dossiê*. Carta escrita pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu e enviada ao Ministro de Estado e Justiça, na ocasião o senhor Armando Falcão, em 27 de março de 1978. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp. Acesso em: 11 jan. 2018.

BR.AN.RIO.TT.o.MCP.AVU.446 – Relatório para a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça de outubro de 1980. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp. Acesso em: 12 out. 2018.

Adriana Bastos Kronemberger

Doutora em História Social pela PUC/SP, Mestre em História Social pela PUC/SP, Mestre em Ensino de História pela UNIFESP (ProfHistória), Especialista em História, Sociedade e Cultura pela PUC/SP, Licenciada em História pela FIG - UNIMESP, Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação Paulistana, Pós-Graduada em Gestão Escolar Aplicada e Pós-Graduada em Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Atua como professora de história e Assistente Técnica da Dirigente Regional de Ensino em Guarulhos, na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, participa do CEHAL (Centro de Estudos da América Latina), e do OVP (Observatório das Violências Policiais de SP), grupos desenvolvidos pelo Departamento de História da PUC/SP - Graduação e Pós-graduação. Tem experiência em Educação, Ensino de História, movimentos sociais, História oral e História do Brasil com foco em Direitos Humanos, ditaduras, política, religião e violência.

Endereço para correspondência

ADRIANA BASTOS KRONEMBERGER

Rua Acre, 155/42, 07064-010, Vila Rosália
Guarulhos, São Paulo, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.